

Palestrante: Sérgio Aurélio Velozo Diniz – Vice Presidente do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)

Parte 01

Na verdade o Sindifisco Nacional, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, é um sindicato novo. A carreira não é nova, as nossas lutas não são novas, mas o sindicato existe a partir de 2009. Ele foi fundado em 2009, quando se fundiram o Nafisco Sindical, que era o sindicato que representava os auditores da Receita Federal, com os sindicatos filiados à FENAFISC. Nós tínhamos uma estrutura dos sindicatos estaduais, que era o Sindifisp, do sindicato fiscal dos auditores da Receita Federal Previdenciária. Com a criação da super receita, em 2007, iniciou-se a discussão para fusão das duas entidades.

Assim, em Maio de 2009 surgiu o Sindifisco Nacional, que talvez seja um dos maiores sindicatos dos servidores públicos da América do Sul, do Brasil, provavelmente. Nós somos cerca de 25 mil filiados, um sindicato combativo e que há muito vinha discutindo a questão do subsídio.

Durante a negociação salarial, mesmo estando separados, as discussões salariais de 2007 foram feitas conjuntamente. Nas assembleias conjuntas, preparamos e encaminhamos para a fusão que houve em 2009. Nós discutimos amplamente sobre a questão do subsídio. Inclusive aprovado em categoria e aprovado em CBS. Nossa estrutura sindical, que é uma estrutura de sindicato nacional, com 76 delegacias sindicais, espalhadas pelo Brasil inteiro, reunimos o conselho de delegados sindicais, no mínimo seis vezes por ano.

E existem todas as pendências, e todos os debates. Vocês imaginam como são amplos e profundos os debates feitos dentro dessa casa. Então a casa, chamada Sindifisco Nacional, é uma casa de muito debate, de muita discussão.

Então nós, por exemplo, antes do governo propor, nós exigíamos e queríamos que fosse o subsídio. Porque como o companheiro disse ali primeiramente, o nosso vencimento básico era praticamente nada em relação às gratificações que a gente recebia.

Modificou um pouquinho em 1999, mas o nosso salário base representava em torno de 40% do que a gente recebia.

Então nós achávamos que não era justo, principalmente pelo lado mais perverso, por não serem levadas, incorporadas, aos proventos dos aposentados.

Se nós brigamos pela paridade, se nós brigamos pela igualdade, não tem jeito de esquecer os aposentados. Eles são, geralmente, a maioria dos filiados dos sindicatos. Porque inclusive todos nós, espero, seremos aposentados, merecendo o nosso trabalho.

E nós também temos, dentro da Receita Federal, dois cargos em uma mesma carreira, mas com problemas mais sérios do que existem para outros companheiros. São dois cargos que não se entendem, são dois cargos que, alguns sabem muito bem como funcionam. É claro que eles vão dizer o contrário, eles querem ser auditores sem fazer concurso. E isso nós não aceitamos.

Inclusive, nós também estamos brigando, estamos lutando com a nossa Lei Orgânica do Fisco - LOF, prevista pela Lei nº 11.457 que fez a fusão da super receita. Essa LOF deveria ser implementada em 2008, e estamos três anos depois, ainda brigando. Mês passado é que conseguimos que ela saísse da Receita Federal, fosse para Secretaria Executiva, ou seja, temos mais uns três anos para conseguir aprovar a LOF.

Com um problema maior ainda, nós puxamos de um lado e os analistas tributários puxam de outro. Vamos ver onde isso vai chegar, porque nós estivemos perto de ter um acordo em 2007. Em 2007 quando iniciamos as negociações, estava presente o SINAIT (que representa os auditores do trabalho), a ANFIP que é a associação nacional que representa os auditores, e uma associação que cresceu muito na área sindical, e é uma associação muito importante da qual eu sou filiado. Estavam presentes também os analistas tributários. A coisa foi complicando, o governo fazia uma proposta e quando a gente aceitava, ele mudava de idéia. Culminou que, em uma negociação que se iniciou em agosto de 2007, nós só assinamos o acordo em agosto de 2008, mesmo assim porque de março a maio ficamos dois meses de greve. Não greve de gabinete. Foi greve de parar este País, greve de mostrar o nosso trabalho, greve do editorial da Rede Globo falar contra a gente. Tentaram nos derrubar, fizeram o STJ, tínhamos uma liminar, derrubaram e mandaram para o STJ.

O STJ, numa coisa mais louca do mundo, que eu nunca vi na minha vida, o ministro nos deu a liminar dizendo que podia a greve continuar que era legal, hoje às seis horas da tarde. No dia seguinte, às quatro da tarde, este mesmo ministro cassou essa liminar. Mas isto não arrefeceu, nós ficamos mais trinta dias de greve. E só paramos a greve quando o Ministro da Fazenda, que sumiu e se omitiu do debate, chamou a gente lá e falou: Se vocês voltarem, semana que vem o acordo está assinado.

Imagina você levar isto para categoria? Dizer: Olha, vamos parar porque vai ter um acordo.

Mas acontece que às vezes dirigente sindical tem que correr risco. Uma greve de dois meses não é fácil, uma greve com as pessoas presentes, não fazendo greve em casa, vai discutindo, fazendo comando, negociando em assembléia permanente, como nós fizemos. Nós aceitamos o risco.

E então saiu. Apresentaram o SÍDEC, nós dissemos, inclusive o Duvanier disse para nós: vocês podem até cobrar isto dele, que nós fomos a única carreira que disse que não aceitaria o SÍDEC. Está na Lei, mas nós não aceitamos o SÍDEC, e ele até hoje não nos criou nenhum problema. Continuamos progredindo. Na semana passada falaram que iam implementar o SÍDEC, nós não vamos apresentar propostas, porque nós não concordamos. Inclusive o nosso acordo diz que o SÍDEC tem que ter anuência da categoria, das entidades sindicais, o acordo que nós assinamos.

E é esse acordo que nós vamos levar na justiça mais tarde, se necessário. Levar para que? Porque nós não vamos transgredir contra a categoria. A categoria por quase 99% diz: Não aceitamos o SÍDEC. O que vai ser feito, eu não sei, mas a nossa categoria já mostrou que ela está disposta a ir à luta, quando a luta é boa. Quando a luta é ruim, a gente não vai.

Porque a gente sabe que não é o sindicato que faz greve, o que faz greve é a indignação. E quando estamos indignados, a gente tem que mostrar o porquê estamos aqui.

A Secretaria de Recursos Humanos é quem cuida da questão do servidor público civil, do executivo nacional. Então tudo passa pela Secretaria de Recursos Humanos do MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Apesar de se falar MPOG, não é mais MPOG, é Ministério de Orçamento e Gestão, mas continuou sendo chamado do mesmo jeito.

E aí tivemos a questão, que foi com a nossa luta, olha para você ver a nossa discussão. Nós paramos a greve em maio, uma greve que durou dois meses, com cerca de 70%, dentro da Lei de Greve e 30% trabalhando. Com rodízio das pessoas que trabalhavam, porque nós somos considerados atividades essenciais. Quando o STJ entrou no meio, e como não existe Lei de Greve, ou seja, a regulamentação do direito de greve, prevista na Constituição Federal para o servidor público federal, vale em quem couber a Lei de Greve da CLT do servidor público privado. Então nós tratamos de cumpri-la. Publicamos com os três dias de antecedência, comunicamos ao público que iríamos fazer greve, comunicamos aos chefes e mantivemos os 30%, mas não 30% em cada local e sim 30% do total.

Então tinha lugar, que em alguns dias não tinha ninguém. Porque não é do jeito que eles querem, eles não estão regulamentando, então porque nós temos que regulamentar por eles?

Que eles assumam o que estão fazendo. E aí este ano, depois de dois anos, a greve foi julgada. Dezoito ministros do STJ que julgaram. Todos disseram que a greve era legal, que a greve era justa, que não houve nada errado. Três ministros disseram que não poderia haver nenhuma retaliação, inclusive que não poderia haver corte de ponto.

Nós sofremos corte de ponto, todos nós. Mas o fundo de greve, feito por nós, repôs a todos. Ninguém ficou com nenhum centavo de prejuízo, mas quem pagou foi a categoria: os aposentados, os pensionistas e os ativos. Todos eles pagaram.

Então nós fizemos o fundo de greve, que deve ter custeado mais de dez milhões de reais, uns trinta milhões de reais foi para esse fundo de greve. O nosso sindicato tem uma previsão de que, 5% da mensalidade, vá para o fundo de mobilização, para não falar que é fundo de greve. Nós estamos preparados, porque sabemos que a luta vai ser sempre dura. E uma categoria que não se organiza, que não se prepara, que não mostra a sua força e a sua união, não tem jeito. Nós temos muitas diferenças entre nós, dentro do nosso sindicato, dentro dos auditores fiscais. Nós cumprimos as determinações das nossas assembleias, nós cumprimos determinações do nosso CVS, nós cumprimos o nosso Estatuto.

Nós cumprimos e fazemos cumprir, e é isso que nos dá força. E diferentemente do que os companheiros disseram aqui, o subsídio caiu muito bem dentro da nossa categoria.

As reclamações são praticamente irrisórias. Eu falo isso porque eu sou liberado, eu trabalho, fico mais em Brasília do que aqui em Belo Horizonte. É mais fácil me achar em qualquer lugar, de menos lá em casa, e as reclamações são muito pequenas. Porque inclusive nós temos uma figura chamada assessoria jurídica individual, onde todo sindicalizado, em situação ainda que individual e com seus direitos violados, ele pode contratar um advogado, dentro da nossa tabela, que o sindicato banca. A categoria banca.

Tenho que lembrar que tudo o que o nosso sindicato gasta, é a nossa categoria que paga. E eles têm muita consciência disso.

Nós fazemos seminários e debates o ano inteiro. Estamos discutindo atualmente a questão da previdência social pública, um direito que nós não concordamos que seja tratada como está sendo tratada.

Sabemos que vai ser um novo ataque. E quando ataca a previdência pública do regime geral, logo vem alguma reforma contra nós, que na verdade não é reforma, é ataque aos direitos.

Nós temos até que mudar estas palavras, porque toda vez que fala de reforma você se prepara que é para você ganhar menos. Ao reformar você tem menos

direitos. Eu acho interessante esse debate, eu até vou mudar um pouquinho. É porque quando a imprensa fala que se gasta dois bilhões para aumentar 6,67%, 4,67% para o aposentado do regime geral, isso quebra o País. Mas pagar R\$200 bilhões de dólares para algumas famílias e poucos bancos, isso é uma boa política financeira, isto não quebra o País!

Então é uma discussão maluca, que nós temos que fazer com a sociedade sim. Nós temos que entender porque é isso. Nós temos que lembrar que tudo que o Estado gasta, vêm do cidadão.

Parte 02

A empresa quando paga ou sonega imposto, ela já nos cobrou este imposto. Então porque é que nós não podemos discutir esta questão? Para a maioria das pessoas, o único rendimento que ele vai ter, quando aposentar, é o seu provento de aposentadoria, porque ele não tem que dizer se ele quer manter um padrão melhor ou não? Quem vai pagar a conta é ele?

Eu acho que esta discussão, nós temos que fazer, e não deixar apenas a grande imprensa fazer. Cabe a nós, porque toda vez que ataca o regime geral, ataca a nós. E o que vale para eles, vale para nós. Inclusive essa excrescência chamada PEC 270.

Companheiros, o cidadão quando aposenta por invalidez, e recebe a aposentadoria proporcional, isso é um crime. No regime geral, se o cara entrar hoje com carteira assinada, ficar inválido hoje, ele se aposenta da mesma forma, ou seja, isso é um crime.

E essa é uma luta que nós temos grande possibilidade de ganhar se nos focarmos nela. Porque aí o governo acaba admitindo que isso é uma afronta a qualquer direito e atinge poucas pessoas.

Porque eles alegam que existe distorção. Por causa da pulga vai se matar o cachorro? Não pode ser assim, não podemos aceitar isto impunemente.

Outra excrescência é a tal da PEC 255, que significa um e meio bilhões de arrecadação para o governo. Que não significa nada no orçamento geral da União, tanto é possível que foi naquela votação na comissão, que ela praticamente se extingue. Então nós temos que brigar e fazer esta boa luta.

Mas a questão do subsídio companheiros, a nossa categoria achou interessante, principalmente porque nós vivíamos sufocados apesar de sempre cumprirmos a meta, de ter meta de tributação. E no ano passado, se nós não tivéssemos o subsídio, provavelmente nós teríamos problemas.

O governo exonerando, a imprensa torcendo para que o País entre em recessão, a arrecadação caindo, e as nossas metas teriam ido para onde? Então nós preferimos o subsídio, e não aceitamos SIDEC.

Reclamações houve, dos aposentados, das pensionistas, mas acontece que houve muito mais aplausos dos aposentados, que recebiam 30% das gratificações, e passaram a receber 100%. Então, em linhas gerais, a chiadeira foi pequena, muito pequena. E muitos companheiros nossos, aposentados disseram o seguinte: - Eu não vou ganhar nada agora, mas acho uma boa ser desse jeito.

Tem que ser, porque se a categoria toda ganhar, quem vai ganhar serão todos nós. E além do mais, como o companheiro Sérgio disse também, era no máximo 5%, e desses 5%, 80% ficaram sossegados, não criaram caso e hoje praticamente não existe nenhuma discussão que o subsídio pode ter prejudicado alguém.

Continuamos as nossas brigas sindicais, continuamos querendo receber alguns adicionais. E aí já não é adicional, já não pode chamar de adicional, temos que inventar outro nome, auxílio isso, auxílio aquilo. Precisamos discutir, nós estamos dispostos a fazer esta discussão.

Queremos que o Governo tenha coragem de escutar, porque na realidade, o Governo sabe muito bem enrolar. Esse Governo negociou mais, mas ele também sabe enrolar mais. Tem uma turma muito bem preparada, é uma turma que participou de movimentos sindicais, muitos deles vieram das discussões, muitos estavam do outro lado da mesa em 2005 e mudaram de lado. Mas tudo bem isso faz parte do jogo. E é melhor negociar com eles, nós avançamos muito mais neste governo do que nos outros governos.

E eu acho que nós temos que saber o que fazer, mas isto não quer dizer que o sindicato tem que parar de lutar, inclusive também pedimos aos nossos companheiros que entrem na nossa luta junto com a Receita Federal, porque muitas vezes esperam a Receita Federal e ela vai sozinha. É o nosso problema. Voltando a questão da nossa análise, em 2008 quando nós entramos em greve, eles se colocaram a disposição para fazer o nosso trabalho. Estavam negociando conosco, se tivesse entrado em greve conosco, a solução teria sido mais rápida, e teria havido uma união entre as duas categorias.

Depois desta traição, e eu chamo de traição, num período de greve se propor a fazer o trabalho do outro que está em greve, lutando por melhoria, aí não tem jeito companheiros.

Eu acho que vai demorar muitos anos para a gente conseguir andar juntos novamente. Traição não dá, divergência dá, eles não precisam entrar em

greve, mas não podiam querer furar a nossa greve. Como fizeram em seus boletins dizendo: “Analista apreende contrabando, apreende droga”.

Espera aí, companheiros ataquem companheiros, na hora da luta. Estavam negociando conosco. A grande parte dos ganhos que tiveram foi porque nós estávamos na luta. Por isso nós temos que negociar mais, fazer juntos, mas quando a gente entrar em greve, e se a coisa estiver brava nós vamos entrar, não deixem que entremos só.

A turma da carreira do Estado, a turma que já recebe por subsídio, está no mesmo barco. Na prática fica assim: a Receita vai, depois a gente vai junto, não dá. Nós temos que ir juntos, nós estamos preparados para ir juntos. E queremos ir juntos, defendemos e respeitamos cada companheiro, sabemos da tipicidade de cada um. Não reclamamos quando colocaram que será noventa e cinco por cento do nosso salário, eu falei, agora está bom.

Basta nós fazermos greve, que todos eles vão juntos, então vamos fazer a greve juntos porque todos vão ganhar juntos. Vamos articular juntos, vamos construir juntos.

O caso que nós vivemos, fizemos a greve junto com o SINAT, não temos nada contra o SINAT, mas nós entramos em greve, e eles não entraram de greve, falaram que entraram, mas não entraram.

Nós tivemos o ponto cortado, e só preocuparam em cortar o nosso ponto, e eles não tiveram o ponto cortado. E na hora da negociação se negaram a assinar um acordo. São coisas que nós temos que repreender na solidariedade das categorias. Não dá para ver só o que eu vou ganhar com aquilo, nós temos que ganhar e perder juntos, porque senão não adianta. Sem solidariedade não dá, o sindicato é a solidariedade dos trabalhadores. Uma central sindical seria a solidariedade entre os sindicatos e categorias, quando uma categoria grande ajuda a outra.

Mas não é como funcionam no Brasil as centrais sindicais. Não é assim que funciona nem mesmo nós, servidores públicos. Central sindical é quando uma determinada categoria faz greve e outra faz greve por solidariedade. Vamos atrapalhar mais a situação. Vamos fazer um fundo de greve junto, para ajudar aqueles que estão lá de greve.

É isso que tem que fazer, senão vamos atirar juntos, e como é que se fala, vão esperar que a gente vá, sozinhos, e o ônus vai ser sempre nosso. Sempre vão nos atacar, porque o governo cortou o nosso ponto durante a greve, por achar que nós iríamos parar, a categoria não parou.

Cinco dos oitos juízes que votaram a nossa greve, todos eles disseram que não poderia haver anotações funcionais, até hoje existem anotações funcionais destes dias de greve. Porque o STJ, a justiça do Brasil (e vocês trabalham

nela), ela é muito engraçada. Quando é contra o pobre, trabalhador e servidor, ela é muito ágil, quando é o contrário, você fica abismado.

Quando eu estava vindo para cá, eu estava pensando, ontem fez dez anos que o ex-editor do Estado de São Paulo, o Estadão, matou uma moça de 32 anos, e tem dez anos que ele continua livre. O Nardoni, que também é culpado como ele, já saiu de casa preso, e qual é a desculpa? É que ainda existe uma chance de cair no STF. O Nardoni também tem chance de cair no STF, então o que aconteceu?

O STJ só publicou a decisão até agora no site dele, no Diário Oficial não foi publicado nada. Então essa decisão não existe, quer dizer, todos já votaram, todos já disseram o que quiseram fazer, e o que o governo diz? Não foi publicado nada.

Mesmo existindo um acordo nosso, de que não existe funcional, quando a gente precisa, ele existe. Por exemplo, nós tivemos um concurso de remoção, e aí a Receita queria usar os efeitos funcionais. O sindicato se mobilizou e aí o Duvanier (a Secretaria de Recursos Humanos) disse que não caberia questão sobre as remunerações funcionais em relação à greve.

Porque um dia de diferença de serviço prestado, muda todo mundo, o cara entrou no mesmo dia. Quer dizer, do jeito que estava, beneficiava quem não fez greve. E como uma categoria que fez greve, vai aceitar que prejudique quem fez e dê bônus para quem não fez?

Isso é brincar conosco, e a Receita sabia que estava brincando, e o Ministério do Planejamento sabia que estava brincando. Tanto que não houve essa questão e o cara que fez greve e o que não fez greve foi tratado da mesma maneira. Mas os oito ministros votaram que não poderia haver nenhuma anotação funcional, três disseram, inclusive o relator Napoleão, que deu a liminar e cassou a liminar mais rápida do mundo. Você imagina a pressão que ele deve ter sofrido, imagina a pressão que ele sofreu nestas 24 horas para ele aceitar mudar a posição dele. Você imagina o que aconteceu. E nós estávamos há trinta dias de greve, ficamos mais trinta. Os outros cinco ministros disseram que não poderia haver anotação funcional, que poderia haver o corte de ponto, mas poderia haver a compensação.

O governo quer negociar a compensação, que diz que não foi publicado, mas também nós já dissemos e já foi compensado. Por quê? Porque nós cumprimos as metas de 2008, se as metas de 2008 foram cumpridas, quem vai dizer que nós não fizemos a nossa produtividade? Não tem nenhuma carga retida, todas as metas nós cumprimos, não ficou nada para trás, pelo contrário, nós batemos novamente outro recorde, como batemos mês passado.

Porque a coisa é interessante, quando a gente faz uma greve, nós, especificamente da Receita Federal, imediatamente só dá repercussão nas aduanas. Mas dois, três meses depois, dá repercussão na arrecadação. O governo deu esse azar, inclusive nos colocaram como culpados, em parte, da crise de 2008 quando a arrecadação caiu. Porque houve a redução da atividade econômica, culminando com o período que a greve começa a dar os resultados dela. Os autos que não foram lavrados, o cidadão pára de pagar o imposto. A dívida mais barata acaba sendo o pagamento do imposto, juros mais baratos que a SELIC, não existe no mercado.

Então essa questão existiu para nós, o subsídio foi uma boa questão, nós achamos e vamos continuar brigando para manter a paridade para sempre. Nós somos contra e totalmente contra a Previdência Complementar do servidor público, criada pelo governo Lula, que nós derrubamos inclusive com o apoio dos deputados do PT (Partido dos Trabalhadores) que queriam, mas não sabiam como colocar.

Nós vamos lutar contra a regulamentação dela, e nós entendemos, como está na Constituição inclusive, que enquanto não for criada a Previdência Complementar, todos que entraram, mesmo depois de 2003 têm direito a aposentadoria integral como é prevista hoje.

Não entraria se ele aposentasse dentro da emenda complementar 41 e 47 ou da 20, não tem problema. Essa é a nossa luta, inclusive porque o que o governo está fazendo, a Previdência Complementar é facultativa. Então o Governo só poderia descontar até o limite máximo de contribuição do salário da categoria do regime geral, ele desconta 11% sobre tudo, então ele já está na prática. Mas é o que está na Constituição, nós é que às vezes achávamos que não, mas foi uma ampla discussão no nosso sindicato. Nós chegamos a conclusão de que enquanto não for criada a Previdência Complementar todos nós estamos no regime próprio de previdência.

Então é isso, nós estamos lutando para aperfeiçoar o subsídio. O subsídio foi uma ampla discussão entre nós, e nós até tínhamos uma reflexão simples: se as carreiras mais organizadas, as que mais defendem os privilegiados.